



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2013

**Institui o sistema de proteção pessoal de membros, servidores e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 130-A, §2º, inciso I, da Constituição Federal, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a relevância da segurança institucional para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instituir um sistema capaz de proteger a integridade física de membros, servidores e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir as condições para o pleno exercício das atividades da Instituição e de seus integrantes; e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 9º, §1º, inciso II, da Lei nº 12.694, de 2012;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Ao tomar conhecimento de fato ou notícia que implique risco ou ameaça à integridade física de membro, de servidor ou de seus familiares, em razão do exercício funcional, os Ministérios Públicos da União e dos Estados deverão adotar, por meio do seu órgão de segurança institucional, todas as medidas protetivas que o caso requeira, inclusive a proteção pessoal, sem prejuízo da comunicação à Polícia Judiciária.

**Art. 2º** A Instituição deverá adotar as medidas necessárias para que os riscos a que estejam submetidos o membro, o servidor ou seus familiares, em razão do exercício funcional, sejam identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados, de modo dinâmico, profissional e proativo.

**Art. 3º** No processo de gestão de risco a que se reporta o art. 2º, a Instituição deverá considerar, além de outros, os seguintes fatores:

**I** – a geografia e a cultura local e regional;

**II** – as características locais e regionais em relação à criminalidade;

**III** – o histórico e o perfil do ator hostil e do ameaçado;

**IV** – a capacidade técnica, logística, financeira e de mobilização de pessoal do ator hostil para a realização da ação;

**V** – a natureza e motivação do fato;

**VI** – a segurança das áreas e instalações do ambiente em que está inserido o ameaçado e sua família;

**VII** – as rotinas pessoais e profissionais do ameaçado e da sua família;

**VIII** – a base de dados estatísticos (série histórica).

**§1º** Para a análise de que trata este artigo, além de outras medidas, poderão ser efetuados levantamentos de dados e informações, notadamente por meio de entrevistas dos envolvidos e de testemunhas, pesquisas em bases de dados, inspeções locais e contatos com órgãos de segurança e de inteligência de outras instituições.

§2º A situação de risco deverá ser reavaliada periodicamente para o efeito de manutenção, aprimoramento ou cessação das medidas adotadas para garantia da segurança do ameaçado.

**Art. 4º** A Instituição prestará proteção pessoal imediata ao ameaçado nos casos urgentes, conforme avaliação preliminar, sem prejuízo da adequação da medida após a avaliação a que se refere o art. 3º da presente Resolução.

**Art. 5º** A situação de risco ou de ameaça será comunicada pelo órgão de segurança institucional à polícia judiciária, para os fins do art. 9º da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012.

**Parágrafo único.** Efetuada avaliação de risco pela polícia judiciária, o responsável pelo órgão de segurança institucional poderá promover reunião de cooperação com a autoridade policial para eventual adequação de ações a serem realizadas.

**Art. 6º** A prestação de proteção pessoal pela Instituição deverá ser precedida de planejamento técnico, operacional e logístico, assim como de alocação de recursos para execução das atividades.

§1º A implementação ou a retirada da medida de proteção pessoal poderá ser deliberada por um colegiado, cuja composição e quantidade de integrantes serão definidos pelos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

§2º A Instituição deverá condicionar a implementação e a manutenção das medidas de proteção pessoal à submissão do protegido a determinadas normas de conduta e protocolos de segurança, previamente estabelecidos, de modo a minimizar os riscos pessoais, inclusive de terceiros, e institucionais.

**Art. 7º** A prestação de proteção pessoal será comunicada ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do §3º, do art. 9º, da Lei nº 12.694/2012.

**Art. 8º** Todos os registros e comunicações relativos a esta regulamentação deverão ser classificados, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**Art. 9º** Aos Ministérios Públicos dos Estados e da União compete normatizar as medidas de segurança de recursos humanos, instituir estrutura mínima e com capacidade para gerir as situações de risco e ameaça a seus membros e servidores, adotando as providências necessárias para garantir-lhes a segurança e proteção.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2013.

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**

Presidente do CNMP